

SUMÁRIO



DPE - BA

Analista Técnico - Administração

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos informativos de variada tipologia, extraídos de livros e periódicos contemporâneos — textos verbais, mistos (verbais e não verbais)	1
Classes de palavras e suas flexões nominais e verbais; Emprego das classes gramaticais nominais e verbais; uso dos tempos e modos verbais	6
Elementos circunstanciais e suas modalidades	18
Palavras de conexão intervocabular e interoracional e suas relações no contexto, como articuladores, conectores e operadores argumentativos	27
Coesão e coerência	29
Sintaxe de concordância, de regência e de colocação	31
Crase	41
Frase, oração e período; Frase nominal e verbal; Elementos constituintes da oração e suas funções morfossintáticas; Processo de coordenação: paralelismo de construção; relação de parataxe; Processo de subordinação: suas relações de dependência e de interdependência; relação de hipotaxe; Orações coordenadas e subordinadas (desenvolvidas e reduzidas)	43
Semântica: denotação, conotação, sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia, hiponímia e hiperonímia	51
Figuras de linguagem	58
Níveis de linguagem	63
Funções da linguagem	65
Formas de discurso	67
Pontuação: seus recursos expressivos e sintático-semânticos	72
Formação de palavras: processos	76
Ortografia	77
Acentuação gráfica	79
Questões	82
Gabarito	95

SUMÁRIO

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Defensoria Pública na Constituição Federal e na Constituição Estadual	1
Das disposições gerais e das atribuições institucionais da Defensoria Pública	2
Da organização da Defensoria Pública	5
Atribuições e prerrogativas dos Defensores Públicos	8
Defensoria Pública como Instituição essencial à função jurisdicional do Estado	10
Dos direitos, das garantias e das prerrogativas do Defensor Público	12
Dos deveres, das proibições, dos impedimentos e da responsabilidade; Do processo administrativo disciplinar	15
Autonomia funcional e o poder de requisição do Defensor Público	18
Assistência jurídica integral, assistência judiciária e gratuidade judiciária: conceituação e operacionalização; Direito à assistência jurídica pública; Defensoria Pública e Justiça Gratuita: distinções; Pressupostos para obtenção da Justiça Gratuita; Normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados (Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950 e alterações posteriores); Presunção da hipossuficiência	20
A Defensoria Pública e o patrocínio de pessoas jurídicas	24
A Autonomia funcional do Defensor Público	25
A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções	27
Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994 e alterações posteriores ..	29
Lei Complementar Estadual nº 26, de 28 de junho de 2006 e alterações posteriores (Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia)	66
Emendas Constitucionais Federais nº 41/2003, 45/2004 e 80/2014 e Emenda Constitucional Estadual 11/2005	131
Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado da Bahia - Resolução CSDP nº 004/2020	149
Resolução CSDP nº 011/2025	180
Código de Ética da Defensoria Pública do Estado da Bahia - Resolução CSDP nº 006/2025	182
Questões	187
Gabarito	192

SUMÁRIO

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Funções básicas do administrador (planejamento, organização, direção e controle). ..	1
Planejamento: operacional, tático e estratégico.....	15
Administração das disponibilidades; administração de receitas e desembolsos; administração do passivo circulante; gestão de contas a pagar; administração do capital de giro	17
Depreciação	21
Planejamento financeiro: estrutura de custos; planejamento do caixa; fluxo de caixa. Elaboração de orçamentos.....	23
Principais demonstrações contábeis: balanço patrimonial.....	26
Demonstração do resultado do exercício	32
Análise de balanços: análise vertical e horizontal; análise do fluxo de caixa. Índices financeiros: liquidez, endividamento, lucratividade	34
Planejamento e controle de estoque; tipos de estoque, níveis de estoque; análise de estoque; métodos de previsão de demandas; custo e avaliação de estoques; controle de estoques	46
Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.....	49
Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia (Lei nº 14634, de 28 de novembro de 2023 e suas alterações posteriores).	123
Decreto estadual nº 19.898/2020	146
Elaboração de Orçamento de Referência (Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013 e alterações posteriores).....	156
Procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral (Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho de 2021);.....	161
Seleção, avaliação e qualificação de fornecedores	165
Compliance: conceitos, princípios e boas práticas.....	167
Consolidação das leis do Trabalho Decreto-lei nº 5.452/1943 e alterações posteriores	177
Lei Federal nº 13.467/2017 e alterações posteriores.....	345
Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia (Lei nº 6.677/1994 e alterações posteriores).	365
Folha de Pagamento: remuneração (salário e parcelas não salariais). Jornada de trabalho e hora-extra. Descontos em folha. Descanso semanal remunerado (DSR). Salário-família. Férias. 13º Salário	403
Administração Pública: princípios constitucionais	405
Poderes administrativos	407
Princípios norteadores dos serviços públicos	418
Princípios do processo administrativo	431

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Ato administrativo: requisitos, vícios, revogação e anulação	438
Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores)	456
Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook	471
Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).....	484
Questões	490
Gabarito.....	495

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).



► Defensoria Pública

É instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do Artigo 5º, LXXIV.

Seguem abaixo as disposições constitucionais referentes a Defensoria Pública:

SEÇÃO IV DA DEFENSORIA PÚBLICA

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo - lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

§1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais. (Renumerado do parágrafo único pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, §2º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§3º Aplica - se o disposto no §2º às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 74, de 2013)

§4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando - se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, §4º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

Nós, Deputados Estaduais Constituintes, investidos no pleno exercício dos poderes conferidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, sob a proteção de Deus e com o apoio do povo baiano, unidos indissoluvelmente pelos mais elevados propósitos de preservar o Estado de Direito, o culto perene à liberdade e a igualdade de todos perante a lei, intransigentes no combate a toda forma de opressão, preconceito, exploração do homem pelo homem e velando pela Paz e Justiça sociais, promulgamos a Constituição do Estado da Bahia.

(...)

**FUNÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO****► Planejamento, organização, direção e controle****Planejamento:**

Planejamento é um processo estruturado com o propósito de alcançar uma condição futura desejada. Inicialmente, a organização realiza uma análise da sua situação atual, identificando oportunidades, ameaças, pontos fortes e fragilidades elementos centrais nesse processo. O planejamento não deve ser compreendido como uma ação isolada, mas como uma sequência lógica de etapas interligadas que resultarão na construção de um plano.

Entre suas principais características, destacam-se:

- Representa o ponto de partida;
- Serve para aumentar as chances de sucesso;
- Busca reduzir as incertezas, mesmo sem eliminá-las totalmente;
- Trata do futuro, mas sem a pretensão de prevê-lo com exatidão;
- Reconhece a influência do presente sobre o futuro, e como as ações atuais o moldam;
- Estimula uma postura PROATIVA, evitando reações tardias ou passivas;
- Leva a organização a reconhecer tanto suas limitações quanto suas capacidades;
- O processo de planejamento é mais relevante do que o plano em si.

Segundo Idalberto Chiavenato, “Planejamento é um processo de estabelecer objetivos e definir a maneira como alcançá-los”.

- **Processo:** é a sequência de passos que conduzem a um resultado, sendo este resultado o plano;
- **Estabelecer objetivos:** refere-se à definição de metas a serem atingidas;
- **Definir a maneira:** diz respeito à escolha dos meios e caminhos para alcançar esses objetivos.

Etapas do Planejamento:

- **Definir os objetivos:** Determinar o que se deseja e aonde se pretende chegar;
- **Analisar a situação atual:** Compreender a realidade da organização;
- **Projetar cenários futuros possíveis:** Antecipar tendências e acontecimentos;
- **Avaliar e selecionar alternativas:** Escolher os caminhos mais adequados;